

Clipping 13.05.2008

Rosa terá de explicar vínculos com CEEE.....	1
Rosane de Oliveira - Teto em votação	2
Viva o 13 de Maio!, por Mário Maestri*	2
A História também é fonte de direito, por Celso Woyciechowski*	3
OceanAir anuncia demissões	4
Grito da Terra reúne agricultores em Brasília.....	4
DISCRIMINAÇÃO RESIDUAL.....	4
Governo renuncia a R\$ 21,4 bi com política industrial	5
Falta de pessoal prejudica Defensoria.....	5
Empregados ganharam mais 8,7%	5
Fazer a abolição de novo	6
Lula lembra época de sindicalista e diz que quer diárias para "acabar com a sacanagem"	7
Para centrais, é preciso haver contrapartidas	7
Mesmo menor, é forte o ritmo de avanço do emprego industrial	8
OceanAir reduz rotas e anuncia demissão de 600.....	9
Audidores fiscais voltam ao trabalho	9
Negro ainda vive em região de porto, diz IBGE.....	9
"Falta muito para inserir negro na sociedade"	10
Atos retomam discussão sobre cotas para negros	10
Paim propõe adicional de risco para funcionalismo	11
Contribuição sindical geral controversa no funcionalismo do Rio	12
Com os brinquedos chineses se compra sangue de presos'	13
O fator previdenciário e o Senado Federal.....	16
Tributo sindical é ilegal, decide TJ	17

[Rosa terá de explicar vínculos com CEEE](#)

Quando prestou depoimento à Polícia Federal (PF) na investigação da fraude milionária do Detran, o advogado Carlos Dahlem da Rosa afirmou não ser amigo íntimo de Antônio Dorneu Maciel e não ter vínculos pessoais com o atual secretário-geral de Governo, Delson Martini.

Um dos próximos a depor na CPI, Rosa terá de tratar de suas relações com os ex-colegas da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e com o deputado federal José Otávio Germano (PP) à CPI do Detran.

Foi sob o comando direto de Maciel - que era diretor administrativo da CEEE e foi preso e indiciado na Operação Rodin - que Rosa recebeu salário sem comparecer ao trabalho na estatal por oito meses, entre março e novembro de 2007. Nesse período, o órgão era presidido por Martini.

Quando a Rodin foi desencadeada, Rosa decidiu regularizar a situação junto à CEEE: pediu suspensão do contrato de trabalho e acertou a devolução do dinheiro. À época, a CEEE informou que a efetividade de Rosa foi atestada, no período de ausência, por Maciel.

De acordo com a PF, o escritório do advogado, o Carlos Rosa Advogados Associados, era uma das empresas sistemistas no suposto esquema que desviou mais de R\$ 40 milhões do Detran. O escritório recebeu da Fatec, entre 2003 e 2007, cerca de R\$ 4 milhões - valores que o Ministério Público de Contas apontou como superfaturados.

Principal fonte de renda de escritório vinha de contrato

Ao depor na PF, em 11 de dezembro, Rosa admitiu que os ganhos com a Fatec foram a principal fonte de renda do escritório no período. Perguntado pelos federais sobre o que fez seu escritório ser escolhido pela fundação, ressaltou suas qualidades "como pessoa proba, honesta e trabalhadora".

Uma das suspeitas é de que ele tenha participado do contrato da Fatec com o Detran por influência

de José Otávio, então secretário da Justiça e da Segurança.

Rosa também foi questionado pelos federais sobre a forma de remuneração de seu escritório no contrato, que seria vinculada à variação do número de exames para a emissão de carteira de motorista e também à arrecadação pelo Detran. Ele explicou que para receber os pagamentos remetia notas fiscais à Fatec e que, por vezes, a empresa Pensant Consultores repassava a ele os valores que "deveriam constar na nota fiscal". Conforme a investigação, a Pensant é a mentora da fraude.

O advogado também disse à PF que tem uma renda mensal, oriunda do faturamento de seu escritório, de R\$ 40 a R\$ 50 mil. Disse exercer atividade agropecuária em um campo de 250 hectares em Cachoeira do Sul, que lhe rende ganhos anuais.

Quem é

- É dono do escritório Carlos Rosa Advogados Associados, que atua no ramo do Direito Empresarial. O escritório é uma das empresas investigadas no caso da fraude no Detran.
- Funcionário da CEEE desde 1980. Em 1985, formou-se em Direito e foi reenquadrado como advogado na estatal. Esteve lotado na Assembléia Legislativa entre 1993 e 2002, a pedido do amigo e então deputado estadual José Otávio Germano (PP).
- Entre janeiro de 2002 e janeiro de 2003, Rosa solicitou suspensão de trabalho para tratar de assuntos particulares. Em 16 de janeiro de 2003, foi cedido para a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, sob o comando de Valdir Andres (PP).
- Voltou para a CEEE em janeiro de 2007. Em fevereiro, a Casa Civil solicitou, a pedido do secretário de Relações Institucionais, Celso Bernardi (PP), a cedência de Rosa, que foi autorizada pela CEEE em março. Mas de março até novembro, Rosa não atuou nem na Casa Civil nem na CEEE, mesmo recebendo salário pela estatal.
- Em 14 de novembro de 2007, oito dias depois de a PF desencadear a Operação Rodin, uma nova resolução da CEEE autorizou a suspensão de contrato de trabalho de Rosa por 24 meses e a devolução da remuneração percebida por ele no período em que não compareceu para trabalhar na estatal. ZERO HORA

[Rosane de Oliveira - Teto em votação](#)

O Legislativo fará hoje uma tentativa derradeira de aprovar o teto salarial no Estado.

A base governista deve apresentar uma proposta alternativa ao projeto do deputado Daniel Bordignon (PT) que institui tetos diferenciados para os três poderes. Pela ordem, o substitutivo é votado primeiro e, se aprovado, a proposta original é descartada. Posteriormente à votação da PEC do teto salarial, a Mesa poderá propor um ajuste no subsídio da governadora.

[Viva o 13 de Maio!, por Mário Maestri*](#)

Em 13 de maio, a Abolição celebra 120 anos. O Brasil foi uma das primeiras nações das Américas a instituir e a última a abolir o cativo. Dos nossos 508 anos de História, mais de 350 passaram-se sob o pesado látigo negro. A Abolição já foi celebrada com vigor. Hoje, uma quase conspiração de silêncio abateu-se sobre ela. Sua negação é obra sobretudo do movimento negro, que lembra com razão a miséria atual de enorme parte do povo negro. Essa visão bem-intencionada consolida interpretações caricaturais do 13 de Maio que escamoteiam a essência da revolução abolicionista de 1888.

Celebrar o 13 de Maio não significa reafirmar os mitos da emancipação social do negro em 1888 ou da princesa Isabel como a Redentora. Significa recuperar a importância da superação da escravidão e da participação dos trabalhadores escravizados na construção de passado. O povo negro pobre sempre intuiu a importância da libertação dos cativos, em 1888, não como resultado da propaganda ideológica das classes dominantes, mas devido à cristalização na consciência popular de acontecimento magno da história da população nacional.

Não há sentido em antepor Palmares ao 13 de Maio. Apesar de saga luminar, a epopéia palmarina jamais propôs, e não poderia ter proposto, a destruição da escravidão como um todo. E foi

derrotada, com a destruição de Palmares e a morte de Zumbi. Ao contrário, a revolução abolicionista, em 1888, foi vitoriosa ao superar para sempre a escravidão. Desconhecer o seu sentido revolucionário é menosprezar a essência escravista do passado do Brasil e o caráter singular de sua gênese.

Estudos já clássicos, como *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, de Robert Conrad, apresentam a Abolição, em seu tempo conjuntural, como produto do abandono maciço das fazendas cafeicultoras, sobretudo paulistas, pelos trabalhadores escravizados, que reivindicaram relações contratuais de trabalho, nos últimos meses da escravidão. Eles registram a tensão política, social e econômica extrema sob a qual o movimento alcançou a vitória.

A destruição do regime negreiro deveu-se à massa escravizada, aliada aos abolicionistas radicalizados. Em 13 de maio, a herdeira imperial apenas sancionou lei aprovada pelo parlamento das classes proprietárias, lavrando o atestado de óbito de instituição terminal. Nos 66 anos anteriores, os Braganças haviam defendido o cativo, com dentes e unhas. Nos momentos finais da escravidão, com a produção desorganizada pela sublevação servil, os escravistas renderam-se, reivindicavam apenas a indenização da propriedade perdida.

Foi também a ação estrutural dos trabalhadores escravizados, durante séculos de cativo, que construiu as condições que ensejaram, mais tarde, a destruição da escravidão. Foram sobretudo a oposição permanente do cativo ao trabalho feitorizado que impôs limites insuperáveis ao desenvolvimento tecnológico da produção e determinaram altos gastos de vigilância e de coerção, abrindo espaço para formas de produção historicamente superiores.

Em 1888, a revolução abolicionista destruiu o modo de produção escravista colonial, que, por mais de 300 anos, ordenara a sociedade nacional. Negar essa realidade devido às condições econômicas, passadas ou atuais, da população negra é compreender a História com idéias a-históricas.

Os limites da Abolição eram objetivos. Nos tempos finais da escravidão, a classe servil era categoria em declínio que lutava sobretudo pelos direitos mínimos de cidadania, já assegurados aos trabalhadores livres. Foi a reivindicação da liberdade civil que uniu a luta de cativos rurais e urbanos, já pouco numerosos. Setecentos mil homens, mulheres, jovens e crianças - cativos e ventre-livres - obtiveram direitos civis e políticos mínimos.

Com o 13 de maio de 1888, superaram-se definitivamente as diferenças entre trabalhadores livres e escravizados, iniciando-se a história da classe operária brasileira, como a compreendemos hoje. A revolução abolicionista foi o primeiro grande movimento de massas moderno e constitui até agora a única revolução social vitoriosa do Brasil.

*Professor do Curso e do Programa de Pós-Graduação em História da UPF ZERO HORA

[A História também é fonte de direito, por Celso Woyciechowski*](#)

Foi absolutamente correto, jurídica e politicamente, o veto do presidente da República ao art. 6º da Lei 11.648/08. Redigido de forma genérica, o escopo deste dispositivo era submeter os valores recebidos pelos sindicatos, oriundos da contribuição sindical, espinha dorsal de seu sustento financeiro, à fiscalização dos Tribunais de Contas.

Em primeiro lugar, a contribuição sindical não é um tributo strictu sensu. O máximo a que chegam alguns doutrinadores é lhe conceder natureza parafiscal. Na verdade, é uma contribuição atípica, cobrada dos trabalhadores para sustentar especificamente as entidades sindicais a que estão vinculados. Falta-lhe a necessária generalidade dos tributos. A rigor, dinheiro público é apenas a parte que fica com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Em segundo lugar, a contribuição sindical nasceu em 1940. O Tribunal de Contas da União é ainda mais antigo, de 1890. Assim, coexistem ambos os institutos há mais de 65 anos. Juntos atravessaram cinco Constituições federais e nunca antes houve a defesa da tese jurídica da necessária fiscalização dos valores recolhidos pelos sindicatos pelos Tribunais de Contas.

A História também é fonte de direito. A ausência de fiscalização estatal sobre as contas dos sindicatos é uma garantia essencial de sua autonomia e independência, como pilar da defesa dos trabalhadores na sociedade. Não é caso único em nosso Direito. A OAB, autarquia de tipo especial, não tem suas finanças auditadas pelos Tribunais de Contas, mesmo que o sejam aquelas de todas as

outras autarquias de fiscalização profissional. Esta é a expressão da importância da defesa da cidadania exercida pela entidade dos advogados, conquistada nas lutas sociais de nossa história. Não com menos razão devem ser protegidos os sindicatos da interferência do Estado, aliás, vedada no art. 8º, I, de nossa Carta Magna.

Por fim, este é um debate técnico e político. Não cabem nele o tom belicoso e a excessiva adjetivação. O que se está a definir é a estrutura das instituições e as formas pela quais os trabalhadores deixarão de ser socialmente subordinados para se afirmarem como sujeitos plenos de cidadania. A pieguice pseudomoralista apenas tira o debate do campo da ciência e o traz para o dos preconceitos.

*Presidente da CUT-RS ZERO HORA

OceanAir anuncia demissões

A companhia aérea OceanAir vai demitir 600 dos 1,7 mil funcionários por conta de um plano de reestruturação que inclui a redução da frota e do número de destinos operados no país. A empresa já havia deixado de voar para a Cidade do México e engavetou o projeto de iniciar um voo com destino a Angola

De acordo com a empresa, o objetivo é ganhar competitividade e voltar a crescer a partir de 2009, ano em que a Azul Linhas Aéreas Brasileiras SA começa a voar.

Um dos motivos alegados para o encolhimento foi a crescente alta do petróleo no mercado mundial e a necessidade de maior eficiência operacional e de custos. O combustível de aviação (QAV), reajustado mensalmente pela Petrobras, acumula alta de 19% no período de janeiro a maio e responde por 40% dos custos totais das empresas do setor.

A empresa vai reduzir de 37 para 25 os destinos operados e descontinuar rotas consideradas pouco rentáveis. O mercado espera por novas demissões no setor. Na Nova Varig, seriam 400 funcionários por conta da saída do mercado internacional, mas a empresa não confirma. ZERO HORA

Grito da Terra reúne agricultores em Brasília

Cerca de 10 mil trabalhadores rurais de todo o país participam, hoje e amanhã, em Brasília, do Grito da Terra Brasil 2008.

A manifestação, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reivindica alterações nas políticas federais voltadas para o campo. Na manhã de hoje, está programado um protesto em frente ao Congresso Nacional. ZH

DISCRIMINAÇÃO RESIDUAL

A Lei Áurea, que acabou com a escravidão no Brasil, completa 120 anos hoje. Alguns dados atuais sobre os brasileiros: 49,5% são não-brancos, 2% deles estudam em universidades, 3,5% desses ocupam cargos de chefia em empresas (negras chefes são 0,5%). Tudo isso por não sermos racistas. Como se caracteriza então a discriminação racial no Brasil? A resposta exige uma situação concreta. Em função das cotas, muita gente passou a defender a melhoria do ensino público básico. É justo. Excluídas as cotas, não se retomará a justificativa da falta de recursos para que tudo continue como está? Afinal, tem-se um alibi perfeito para justificar o modelo excludente: os melhores entram. E isso não gera racismo.

A criatividade brasileira produziu a mestiçagem, evitando o apartheid de outros países. Fomos mais longe: misturamos, mas mantivemos a separação. Juntos, mas separados. Eis a nossa fórmula. Estão certos aqueles que dizem não haver discriminação racial no Brasil no que se refere à aceitação de um não-branco na universidade? Até certo ponto, sim. Há quem seja racista. Mas não é por racismo explícito que se dá a exclusão de que tanto falamos. Não há rejeição ao negro no sentido primário do racismo de outros tempos ou lugares. Nenhum estudante, salvo exceção por mim desconhecida, deixará de sentar-se ao lado de um não-branco. Nenhum estudante se recusará a fazer um trabalho com um mestiço. A nossa discriminação é residual ou inercial. Esse resíduo, porém, atinge metade da população. Esse resíduo tem conseqüências paradoxais. Os não-brancos tornaram-se, por razões bem conhecidas, os mais pobres. Sendo mais pobres, têm menos condições de preparação. O círculo

vicioso não pára de viciar.

A discriminação racial explícita existe em inúmeras instâncias da nossa sociedade. A inclusão dos não-brancos na educação não tem sido suficiente para ajudar a romper essa cadeia arduosa.

Enquanto o Brasil não admitir que há discriminação residual ou explícita, racial ou de aparência, jogará para baixo do tapete uma questão grave. Até quando? Por enquanto, há um jogo perverso de empurra-empurra: os não-brancos não avançam por serem pobres (ou, segundo certos pontos de vista 'universalistas', por não se esforçarem o suficiente), cabe alocar mais recursos à educação de maneira que eles não precisem auferir de 'privilégios', mas, infelizmente, os recursos são escassos e só lhes resta um pouco mais de esforço pessoal... Alguns acreditam que a política de cotas vai criar racismo no Brasil. Outros alegam que a nossa Constituição proíbe a discriminação racial. Só quem não recusa nem proíbe a discriminação racial é a nossa realidade. Por que não se cumpre a Constituição?

Há quem veja politicagem no apoio às cotas. Não seria sacanagem, em vez de politicagem, se recursos de fato existem, faltando apenas vontade política para destiná-los à educação? Não há politicagem também na falta histórica de projetos para superar a exclusão dos não-brancos do ensino superior? Um leitor, com um cinismo salutar ou uma ironia fabulosa, explicou-me o óbvio: os não-brancos não entram na universidade porque nem terminam o ensino médio. Bem entendido, quando passam do ensino fundamental. Não fosse essa indigesta discussão sobre cotas, fabricando racismo numa democracia racial, o 13 de Maio seria apenas um gesto magnânimo do passado. Em 120 anos, não dá para fazer muito. Talvez em 1.200.

juremir@correiodopovo.com.br CORREIO DO POVO

[Governo renuncia a R\\$ 21,4 bi com política industrial](#)

Adiada pelo menos quatro vezes no último ano em razão de divergências entre os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, a nova política industrial foi finalmente lançada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Batizado de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o plano prevê um total de R\$ 21,4 bilhões em desonerações tributárias entre 2008 e 2010. O objetivo da PDP é baratear o investimento e a produção e ampliar as exportações do país.

A meta para 2010 é fazer com que o Brasil tenha uma participação de 1,25% do total das exportações no mundo, o que corresponde a 208,8 bilhões de dólares. No ano passado, as exportações brasileiras representaram 1,18% do total no mundo, ou 160,6 bilhões. A expectativa é de um crescimento médio anual de 9,1% nas vendas externas até 2010. O novo programa foi lançado com pompa e circunstância na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, com a presença de Lula, dez ministros, dez governadores e uma longa lista de empresários. 'É um plano ousado. Havia muito tempo não se apresentava nada parecido. Nos idos dos anos 1970 para cá, nenhum plano desse porte foi apresentado', afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Entre as medidas está a reativação da linha de crédito Revitaliza, que prevê R\$ 9 bilhões em recursos do BNDES com equalização do Tesouro, além de taxas de 7% ao ano e prazo de oito anos, com três de carência. Lula destacou que o Congresso terá de ajudar para a nova política entrar em vigor. A intenção do governo é acelerar o processo de aprovação do programa. 'Algumas coisas terão de ser enviadas por medida provisória porque senão não entrarão em vigor. Vamos contar com a compreensão do Congresso', disse, pedindo rapidez aos parlamentares. CORREIO DO POVO

[Falta de pessoal prejudica Defensoria](#)

A falta de pessoal qualificado é um dos fatores que atrasam os serviços da Defensoria Pública. Conforme a Associação Nacional dos Defensores Públicos, 85% da população brasileira se encaixa no perfil de atendimento da instituição, mas não há profissionais para esta demanda. No dia 19 de maio, Defensorias de todo o país realizarão mutirões de atendimento em locais de fácil acesso à população mais pobre para agilizar os processos. CORREIO DO POVO

[Empregados ganharam mais 8,7%](#)

Rio — Os empregados na indústria ganharam 8,7% a mais em março deste ano, em termos reais (sem a inflação), na comparação com o mesmo mês de 2007. O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário divulgada, ontem, pelo IBGE.

Essa foi a 24ª taxa positiva consecutiva. Houve crescimento em todos os locais pesquisados, com destaque para o estado de São Paulo, onde a renda média dos empregados cresceu 9,6%. Em seguida vieram Minas Gerais (12,6%) e região Nordeste (9,9%). Indústrias de meio de transporte e máquinas e equipamentos foram as que mais puxaram para cima a renda dos trabalhadores.

CORREIO DO POVO

Fazer a abolição de novo

ROBERTO MANGABEIRA UNGER

A primeira abolição não resultou na emancipação econômica e educacional dos libertos. A segunda é para corrigir esse malogro

FAÇAMOS a abolição outra vez. A primeira abolição não resultou na emancipação econômica e educacional dos libertos. A segunda abolição é para corrigir esse malogro fatal de nossa história, superado em gravidade apenas pelo próprio mal da escravatura. Só a partir dessa correção é que criaremos nós, os brasileiros de hoje, condições para que possa o Brasil ser útil à humanidade e a si mesmo. Tenhamos claros o problema, o perigo e a tarefa.

O problema é que a injustiça racial continua a campear entre nós. Ao campear, envenena tudo em nossa vida nacional. Negros ganham muito menos do que brancos. Ocupam, com grande desproporção, os lugares mais subalternos e humilhantes na sociedade brasileira.

A única coisa que sempre foi, e continua a ser, barata no Brasil é o trabalho de negro ou de negra. Pouco adianta discutir se são menos remunerados apenas porque ocupam as funções mais baixas ou também porque são tratados desigualmente mesmo quando desempenham as mesmas funções que seus pares brancos.

A desigualdade dos acessos aos meios da qualificação é tão radical que permite à discriminação - quase sempre evasiva e ambivalente entre nós- esconder-se atrás do disfarce do tratamento igual. É certo que essa injustiça se manifesta de maneira diferente de como se manifestaria em países que evitaram a miscigenação racial e o sincretismo cultural. Como a fórmula tradicional dos relacionamentos entre as pessoas no Brasil foi a sentimentalização das trocas desiguais -a mistura insistente da troca, da prepotência e da afeição-, as relações entre as raças foram também banhadas nesse elixir. Para o bem e para o mal.

O perigo é que nos deixemos seduzir por duas respostas erradas à problemática da abolição inacabada.

O primeiro erro seria interpretar a miscigenação e a tolerância no Brasil como êxitos em alcançar a democracia racial. Democracia racial é projeto, não realidade do povo brasileiro.

Miscigenação racial é estímulo para que nos unamos, não garantia de união nacional. Sincretismo cultural é instrumento, não solução.

O segundo erro seria seguir o caminho dos Estados Unidos ao desvincular a reação contra a injustiça de raça da luta contra a injustiça de classe. O resultado dessa separação lá foi uma política que ajudou a construir uma burguesia negra, mas que deixou a massa de negros pobres e desqualificados sem meios, sem lideranças e sem rumo.

Melhor exemplo é o que os Estados Unidos, no Sul derrotado, tentaram fazer logo após a Guerra Civil, só que por pouco tempo e sem suficiente respaldo político: vincular a superação da discriminação racial a esforço de reconstrução econômica.

A tarefa é dar conteúdo a tal vinculação agora no Brasil. E fazê-lo graças à combinação de duas linhas de ação: uma, superficial e contestadora; a outra, profunda e reconstrutora.

A contestação é para atacar o mecanismo que faz da distribuição desigual de oportunidades econômicas e educativas o meio para a reprodução da injustiça racial: usar o direito e os tribunais para exigir primeiro das maiores escolas e das maiores empresas e depois de empresas e escolas menores que recrutem brasileiros negros e mestiços. E que ajudem, quando necessário, a qualificá-los. A falta de candidatos qualificados,

longe de servir como justificativa, define tarefa que as maiores organizações privadas do país devem compartilhar com o Estado brasileiro.

A reconstrução é para mudar na raiz as instituições e as práticas que impedem o aprofundamento da igualdade de oportunidades. Instrumentalizar as pequenas empresas que representam a maior força de nossa economia. Reformar o modelo institucional das relações entre o trabalho e o capital no interesse da maioria excluída. E oferecer às crianças pobres, desproporcionalmente negras, mais talentosas e esforçadas um conjunto de apoios econômicos abrangentes e de oportunidades acadêmicas extraordinárias que lhes permita se transformarem em vanguarda do mérito e abrir caminho para as outras.

Nosso país está predestinado a se engrandecer sem imperar. Para que esse destino se consuma, porém, terá a nação de unir-se. E, para unir-se, aprender a enfrentar, sem medo nem rancor, e por sucessivos atos de despojamento e de desassombro, o legado da escravidão africana. Se fizer isso, o povo brasileiro fará justiça a si mesmo. Passará a aceitar-se pelo que é e pelo que pode vir a ser. Deixará de temer sua própria grandeza.

ROBERTO MANGABEIRA UNGER, 61, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Harvard (licenciado), é ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos e ex-colunista da Folha .FOLHA DE SP

[Lula lembra época de sindicalista e diz que quer diárias para "acabar com a sacanagem"](#)

FERNANDO BARROS DE MELLO
DA REPORTAGEM LOCA

Na comemoração dos 30 anos da greve da Scania, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou ontem ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ouviu gritos de "1, 2, 3, Lula outra vez" e "olê, olê, olê, olá, Lula, Lula". Em seu discurso, o presidente lembrou histórias da sua época de sindicalista e afirmou que quer instituir diárias para ministros do governo para "acabar com a sacanagem".

Ao falar das diárias, sem citar os cartões corporativos, ele se referiu a um ex-dirigente do sindicato, membro do Conselho Fiscal, Mariano Paulo Vilaça. "Ele brigava tanto para que as notas do sindicato estivessem em dia, brigava tanto que me obrigou a instituir as diárias no sindicato, coisa que eu quero fazer no governo federal para acabar com a sacanagem."

Segundo assessoria do presidente, a idéia é, após o fim da CPI dos Cartões, instituir diárias de R\$ 450 para ministros.

Lula disse que a greve da Scania foi importante na sua formação. "Tenho consciência, companheiros, que devo a minha formação ética, a minha formação política, os meus pés no chão, à maturidade que a categoria impôs." Segundo o presidente, as greves que sucederam a de 1978 foram importantes para a formação da "consciência política" e culminaram na formação da CUT e do PT.

"A greve da Scania foi a primeira grande lição que eu tive na vida. A lição de fazer acordo que não foi cumprido, a lição de ser chamado de traidor, a lição de perder a confiança daqueles que depositaram em alguns momentos os seus destinos nas nossas mãos", afirmou Lula.

O presidente esteve acompanhado dos ministros Marta Suplicy (Turismo) e Luiz Marinho, pré-candidatos às prefeituras de São Paulo e São Bernardo do Campo.FOLHA DE SP

[Para centrais, é preciso haver contrapartidas](#)

DA REPORTAGEM LOCAL

Centrais sindicais e Dieese avaliam que a nova política industrial precisa dar atenção à criação de empregos, melhoria na renda e das relações no local de trabalho.

"Países que deram certo fixaram políticas industriais e protegeram sua economia. O Brasil deu um passo importante em relação ao desenvolvimento. O que vamos cobrar é que sejam feitas contrapartidas, de forma acelerada, que possam resultar em melhor renda, emprego e qualificação profissional", afirma José Lopez Feijóo, diretor-executivo da CUT.

"Os investimentos que serão executados vão gerar empregos. Mas é preciso explicitar a qualidade

desse emprego. O desafio é que essas medidas tenham contrapartidas sociais, ambientais e trabalhistas", diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese.

Sem essa preocupação, diz ele, a desigualdade social pode se ampliar. "Os investimentos deslocados para uma determinada região têm de vir acompanhados de infra-estrutura local. Caso contrário, o investimento anunciado pode gerar desequilíbrio com bolsões de pobreza e trabalho informal."

"O governo acerta em tornar as empresas mais competitivas e se preocupar com a entrada de mais mercadorias importadas, o que pode gerar desemprego", diz João Carlos Gonçalves, secretário-geral da Força Sindical.

Ricardo Patah, presidente da UGT, avalia que a desoneração da folha de pagamento e incentivo ao crédito são medidas relevantes "em um contexto de baixa competitividade cambial, alta carga tributária e juros elevados".

Lado empresarial

Executivos e empresários de diversos setores receberam o anúncio da política industrial do governo com mais entusiasmo e quase sem ressalvas.

Entre as montadoras, Ford e GM consideraram "bem estruturado" o conjunto de medidas para incentivar as exportações e aumentar a produção.

O vice-presidente da GM do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, cita o aumento do prazo para o pagamento do IPI e o alongamento nos prazos de financiamento do BNDES como algumas das medidas que mais irão beneficiar o setor. "Já vi disso [anúncios do governo para estimular a indústria] várias vezes. Pela primeira vez saí entusiasmado."

Pela mesma linha segue o diretor de Assuntos Corporativos para a Ford da América Sul, Rogelio Golfarb. "Já faz praticamente 30 anos que não temos uma política industrial consistente. Essa veio com uma definição clara de metas e objetivos."

A direção da fabricante de carrocerias Marcopolo também elogiou a iniciativa. O diretor-geral da companhia, Rubens de la Rosa, classificou a política industrial como "consistente, bem fundamentada e animadora".

No ramo siderúrgico, o diretor-presidente da Gerdau, André Gerdau Johannpeter, disse que o governo está no "caminho certo" e que encarava com "bons olhos" a iniciativa de lançar uma nova política industrial.

De acordo com ele, porém, é "cedo" para afirmar que a nova política industrial será capaz de acelerar o investimento e garantir o pleno abastecimento da crescente demanda do consumo no Brasil.

No segmento de eletrodomésticos, Armando Valle, diretor de Relações Institucionais da Whirlpool, que detém as marcas Brastemp e Consul, disse que todas as medidas que ajudem a exportação são bem-vindas pelo setor. De acordo com ele, no entanto, as diretrizes da política industrial deveriam ser atualizadas anualmente. FOLHA DE SP

[Mesmo menor, é forte o ritmo de avanço do emprego industrial](#)

DA SUCURSAL DO RIO

O emprego na indústria se desacelerou no primeiro trimestre deste ano, mas ainda mantém um forte ritmo de expansão, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos três primeiros meses de 2008, o incremento foi de 3%, abaixo dos 3,5% registrados no último trimestre de 2007. Trata-se, porém, do terceiro melhor desempenho da série da pesquisa, iniciada em 2002.

De fevereiro para março, a ocupação na indústria ficou praticamente estável, com alta de apenas 0,1% na série livre de influências sazonais.

Em fevereiro, havia subido 0,5%. Na comparação com março de 2007, o emprego manteve a trajetória de alta verificada há 21 meses consecutivos e cresceu 2,9%.

Medida de rendimento da indústria, a folha de pagamento do setor avançou 2,7% na série com ajuste sazonal, após recuar 0,1% em fevereiro. Com o incremento de 8,7% na comparação com março de 2007, o indicador subiu 6,4% no primeiro trimestre. (PEDRO SOARES) FOLHA DE SP

[OceanAir reduz rotas e anuncia demissão de 600](#)

Companhia aérea nega crise econômica e diz que medidas fazem parte de mudança na gestão para diminuir os custos

OceanAir justifica mudanças pelo aumento de preço do combustível; para analista, empresa não resistiu à competitividade do mercado

MARINA GAZZONI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A OceanAir anunciou ontem um plano de reestruturação que inclui redução de 37 para 25 destinos e corte de 600 dos 1.700 funcionários.

A empresa nega a existência de uma crise financeira e diz que as mudanças visam a consolidação de uma gestão de custos mais eficiente.

A OceanAir disse que a reestruturação se fez necessária pelo aumento dos custos com combustível, elevados com a alta da cotação do barril de petróleo, que subiu 29,4% em 2008.

O grupo brasileiro Synergy, controlador da OceanAir, seguirá o modelo de gestão aplicado na companhia colombiana Avianca, adquirida em crise financeira pelo grupo em 2005 e que, segundo ele, hoje apresenta resultados positivos.

Entre os 12 destinos que deixaram de ser atendidos a partir de ontem, estão Araçatuba (SP) e Uberaba e Juiz de Fora (MG). A empresa também cancelou sua única linha internacional no mês passado, com destino ao México.

Segundo a empresa, os clientes que compraram passagens para esses vôos serão remanejados para outras companhias. "São destinos que não se justificava manter do ponto de vista econômico", disse a OceanAir.

A frota também será reduzida de 16 para 10 aviões, todos Fokker MK-28. Com isso, a OceanAir se desfaz dos outros modelos de Fokker e dos Boeing-737 que assumiu da empresa aérea BRA, incorporada no ano passado.

Na época, o negócio foi bem visto por analistas como uma tentativa em diminuir o "duopólio aéreo" da Gol e da TAM, que, juntas, responderam por 85,6% do mercado doméstico de aviação em abril deste ano. A OceanAir vendeu 3,3% do total de passagens.

Segundo o consultor André Castellini, da Bain & Company, a empresa aérea não resistiu à competitividade do mercado. Para ele, o aumento da oferta de vôos provocado pelas novas aquisições de aeronaves da Gol e da TAM gerou queda nas tarifas. "A OceanAir não tem aeronaves modernas e escala para competir com seus concorrentes mais fortes [Gol e TAM]."

Para Castellini, as companhias com frota menor deveriam focar em vôos com menos de cem passageiros, que não compensam ser feitos por aviões de grande porte. FOLHA DE SP

[Auditores fiscais voltam ao trabalho](#)

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Receita Federal e o Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita) confirmaram ontem a volta dos auditores fiscais ao trabalho. O Ministério do Planejamento reiterou que o ponto dos grevistas referente aos dias não trabalhados a partir de 8 de abril será cortado na folha de pagamento de maio. Na última sexta os servidores decidiram voltar ao trabalho. Eles ameaçam retomar a greve se negociação com o governo não avançar. FOLHA DE SP

[Negro ainda vive em região de porto, diz IBGE](#)

Pesquisa mostra alta concentração de pretos e pardos próximos aos portos que atuaram como receptores de escravos

Governo pretende usar dados do instituto para produzir políticas que visem a inclusão e a redução da desigualdade racial no país

EDUARDO SCOLESE

ANGELA PINHO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A distribuição da população negra no Brasil reflete ainda hoje a ocupação do país durante o período da escravidão, como mostra estudo feito pelo IBGE a pedido da Secretaria Especial da Igualdade Racial da Presidência da República.

A partir dos dados do Censo de 2000, os pesquisadores apontaram uma coincidência entre a alta concentração de população negra (pretos e pardos autodeclarados ao IBGE) e os portos que atuaram como receptores de escravos: São Luís (MA), Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). A capital fluminense tem 9,4% de pretos e 30,8% de pardos, enquanto Porto Alegre (RS) tem apenas 8,7% de pretos e 7,8% de pardos.

O trabalho do IBGE, obtido pela Folha, aponta ainda a permanência dos negros em regiões para as quais eles se deslocaram de acordo com o desenvolvimento da economia durante a escravidão, como o litoral nordestino e o interior do Maranhão e do Piauí.

"Esse mapa possibilita a identificação espacial da população negra no Brasil, e isso certamente vai ajudar os nossos gestores a produzir políticas públicas que visem a inclusão e a redução da desigualdade racial no país", disse à Folha o ministro Edson Santos (Igualdade Racial).

Hoje, em cerimônia no Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o mapa das mãos do ministro. No mesmo evento, será lançado um selo-postal em comemoração aos cinco anos de criação da Secretaria Especial da Presidência.

Sob Lula, será a primeira vez que o 13 de Maio será tema de solenidade oficial. Há, no movimento negro, correntes que não vêem motivos para comemorar essa data, pelo fato de, segundo eles, a Lei Áurea, assinada 120 anos atrás pela princesa Isabel, não ter abolido de fato a escravidão no Brasil. "É um processo incompleto. Mas a abolição foi um marco em nossa história. Nós deixamos de ser tratados enquanto coisas no Brasil e é evidente que isso foi uma vitória", afirma o ministro. "O movimento abolicionista colocou em xeque o poder no Brasil. Foi um movimento amplo. Há de se celebrar e de se reverenciar a data do 13 de Maio", completa. FOLHA DE SP

["Falta muito para inserir negro na sociedade"](#)

DA REPORTAGEM LOCAL

Militante do movimento negro desde os anos 70, o negro Carlos Alberto Medeiros, 60, é um dos signatários do documento que será entregue hoje no STF. Presidente do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro, ele é um entusiasta da política de cotas raciais. "Já conquistamos, do ponto de vista das leis, direitos iguais para os negros. Está consagrado na Constituição de 1988", diz. "Mas ainda falta muito para a inserção real do negro na sociedade. O negro que frequenta uma boa escola, por exemplo, ainda é barrado pela discriminação do mercado de trabalho", afirma.

Segundo Medeiros, os adversários das cotas, signatários do manifesto "113 cidadãos anti-racistas contra as leis raciais", servem de fachada para interesses egoístas e racistas. "Nós não podemos mais nos restringir à denúncia de discriminação contra os negros. É preciso apontar formas reais de superação."

Medeiros lembra que, quando o Movimento Negro Unificado foi fundado, em 1978, havia o caso de quatro atletas negros de uma equipe mirim que haviam sido proibidos de entrar no Clube de Regatas Tietê por causa da cor da pele. "Se a diretoria aceita um sócio de cor e ele entra na piscina, na mesma hora, cem sócios deixam o clube", chegou a declarar um conselheiro do clube. "Hoje, ofensas como essa são raras porque os negros adquiriram consciência de seus direitos e o preconceito se sofisticou", diz.

"Se demos grandes saltos, porém é impossível deixar de reconhecer que, entre um trabalhador negro e outro branco, com igual qualificação, a vaga de emprego tem grandes chances de acabar com o branco. Combater a discriminação exige enfrentar a questão racial. Não fazê-lo só serve para os verdadeiros racistas manterem tudo como está", diz Medeiros. FOLHA DE SP

[Atos retomam discussão sobre cotas para negros](#)

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A questão das cotas para negros em universidades ganhou fôlego nos últimos dias em razão de manifestações de grupos favoráveis e contrários à política.

As ações se concentram na Câmara dos Deputados, onde tramita projeto de lei que institui a política de cotas, e no STF (Supremo Tribunal Federal), que vai julgar duas ações diretas de inconstitucionalidade sobre o tema.

Hoje, defensores das cotas vão à Câmara pedir a aprovação do projeto -sem ele, são as universidades que decidem se adotam ou não o sistema, o que dá margem a contestações judiciais. À tarde, eles entregam um manifesto com mais de 400 assinaturas ao presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, em que pedem a rejeição das ações contra as cotas. Entre os signatários estão o arquiteto Oscar Niemeyer e o ator Lázaro Ramos.

As ações contestam as cotas no ProUni (Programa Universidade para Todos) e em vestibulares de universidades estaduais do Rio de Janeiro.

O julgamento começou no dia 2 de abril, mas foi interrompido por um pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa. O voto do relator, Carlos Ayres Britto, foi a favor das cotas.

Contrários

No dia 30, um grupo de oito pessoas entregou ao presidente do STF um documento contra as cotas. Intitulado "Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais", o documento tem entre os signatários Caetano Veloso e ex-primeira-dama Ruth Cardoso.

O texto diz que a política de cotas, defendida pelo Ministério da Educação, cria uma falsa divisão entre negros e brancos.

Para os favoráveis às cotas, a reserva de vagas segue o princípio constitucional que coloca entre os objetivos fundamentais do Brasil "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". FOLHA DE SP

Paim propõe adicional de risco para funcionalismo

O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade, de periculosidade e de risco de morte deverá optar por um deles. O adicional será devido e pago enquanto durar as condições que deram causa à sua concessão

Alysson Alves

O senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou no último dia 6 de maio, o [projeto de lei do Senado \(PLS\) 173/08](#), que altera a Lei 8.112, de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de morte.

O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade, periculosidade e de risco de morte deverá optar por um deles. O adicional será devido e pago enquanto durar as condições que deram causa à sua concessão.

Também é importante ressaltar que legislação específica vai estabelecer os critérios para concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade, de periculosidade e de risco de morte.

Quem poderá receber

A proposição, segundo justificativa do senador, tem o objetivo de estabelecer o adicional de risco de morte aos servidores públicos da União cujas atribuições estão vinculadas às funções de segurança, como compensação financeira àqueles que no exercício de suas atividades vivenciam situações de grande risco de vida.

O projeto tem ainda a finalidade atender antigas reivindicações dos servidores públicos federais já que embora o artigo 68 da Lei 8.112/90, dispõe ser devido adicional aos servidores que exerçam habitualmente atividades com risco de morte, não há regulamentação legal, mas tão somente em relação ao adicional de insalubridade, de periculosidade e de penosidade, criando uma injusta situação aos servidores que exercem atividades de risco.

Compensação

Portanto, destaca Paim, faz-se necessária a regulamentação do adicional de risco de morte, para compensar os efeitos decorrentes dos riscos inerentes à função pública investida pelos respectivos servidores.

Os riscos que motivam a percepção do referido adicional, decorrem das atribuições típicas do cargo, à natureza do trabalho e ao exercício e desempenho das atividades, em especial, a de vigilância. Cabe ressaltar, ainda, que a Constituição Federal garante aos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, assegurando, para fins de reparação, o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.

Constituição Federal

O senador Paim destaca também que a nossa Carta Magna estabelece, em seu artigo 40, critérios diferenciados de aposentadoria aos servidores que exercem atividades de risco, reconhecendo a especial condição em que estão expostos.

Por último, o parlamentar salienta que o Poder Judiciário reconheceu a condição especial dos seus servidores instituindo a Gratificação por Atividade de Segurança, conforme a Lei 11.416/06. Assim como outros órgãos dos poderes executivos estaduais e municipais também concederam o adicional de risco de morte aos seus servidores.

“Desta forma é imperioso o estabelecimento do adicional de risco de morte aos servidores públicos da União que exerçam atividades de risco, bem como sua regulamentação”, afirma o senador pelo estado Rio Grande do Sul.

O projeto foi enviado à Comissão de Constituição do Senado em decisão terminativa, o que significa que se for aprovado, poderá ser encaminhado à apreciação da Câmara dos Deputados. A exceção é se houver pedido de 1/3 dos senadores para que a matéria seja votada no plenário da Casa.

O prazo para emendar o projeto se encerra nesta quarta-feira (14). SITE DO DIAP

Contribuição sindical geral controversa no funcionalismo do Rio

Os servidores públicos do Rio de Janeiro têm conseguido reaver, na Justiça, a contribuição sindical compulsória prevista na legislação trabalhista. Ao julgar um recurso da Associação dos Fiscais de Atividades Econômicas (Afaerj) do município carioca, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) decidiu pela ilegalidade da cobrança destinada ao sindicato da categoria.

A decisão do tribunal contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e a última decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - nesta semana, o Sindicato dos Servidores da Justiça e do Ministério Público do Estado do Maranhão (Sindjump) assegurou na corte a obrigatoriedade da contribuição sindical.

As contribuições às entidades sindicais estão previstas no artigo 8º da Constituição Federal. Porém, enquanto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina, nos artigos 578 a 610, a contribuição sindical compulsória - que incide uma vez ao ano nos vencimentos dos trabalhadores - não há lei disciplinando a contribuição nas relações estatutárias.

Contestação

Isto deu margem para que os servidores públicos contestassem a obrigação na Justiça e conseguirem se eximir dela diversas vezes, tanto nos tribunais de Justiça (TJs) quanto em recursos no STJ - apesar da última decisão da corte em sentido contrário.

Em meio a entendimentos diversos nos tribunais do país, a associação dos fiscais do Rio de Janeiro ajuizou uma ação contra o Sindicato dos Servidores Públicos e o município carioca em 2005 pleiteando o fim da contribuição sindical - que passou a ser depositada em juízo-, mas não obteve sucesso na primeira instância.

Ao julgar o recurso, no entanto, o TJRJ entendeu que a contribuição não é obrigatória, pois os dispositivos da CLT não podem ser aplicados aos servidores. Para o advogado Felipe Santa Cruz, do escritório Machado Silva Consultoria Jurídica e que defendeu os servidores, a Justiça considerou que os próprios fiscais elegeram a associação como representante da categoria, ao invés do sindicato.

Estatuto único

Na opinião de Fernando Sanches Cascavel, presidente do sindicato dos servidores públicos do município, o estatuto que rege os fiscais de renda é o mesmo de todos os servidores públicos, e eles

não poderiam, portanto, deixar de contribuir. Segundo Cascavel, o sindicato já recorreu da decisão ao STJ.

Na Justiça trabalhista, a matéria está praticamente pacificada: a contribuição sindical prevista na CLT é compulsória nas relações profissionais por ela regidas. Mas, em 1998, o TST estabeleceu o Precedente nº 119, pelo qual a contribuição confederativa e assistencial só é devida pelos trabalhadores sindicalizados.

Segundo a advogada Juliette Stohler, do Coelho, Ancelmo & Dourado Advogados, que atua na defesa de empresas nestes casos, o precedente é adotado de forma maciça nas instâncias inferiores. (Fonte: Valor Econômico; intertítulos do Diap) SITE DO DIAP

[Com os brinquedos chineses se compra sangue de presos'](#)

O ex-presos político chinês Harry Wu, cujo nome de batismo é Wu Hongda, fala do tempo em que passou no laogai e da violação dos direitos humanos na China. Harry Wu, que passou 20 anos no laogai, com a acusação de ter criticado a invasão da Hungria por parte dos soviéticos. Todos os seus parentes e amigos foram obrigados a denunciá-lo como contra-revolucionário; sua mãe se negou e se suicidou. Em 1979 foi solto e em 1985 mudou-se para os Estados Unidos onde criou a Fundação de Pesquisa Laogai.

Segue a íntegra da entrevista que Harry Wu concedeu a Yolanda Monge e que está publicada no El País, 27-04-2008. A tradução é do Cepat.

Após ler as páginas escritas de maneira simples por Harry Wu passará um tempo antes que você possa voltar a desfrutar de um crocante rolinho primavera num restaurante chinês. “Depois de comer, vieram dois presos de guarda para retirar o cadáver. Estenderam uma esteira de junco de um metro e oitenta no costado do kang, colocaram o corpo em cima, o enrolaram como se fosse um rolinho primavera e o levaram. Eu sabia que no dia seguinte o colocariam no carro de bois, e que mais tarde seria transportado, junto com os outros rolinhos, até um lugar que chamavam de 586”. Essa era a última estação dos cadáveres.

Nada se sabia sobre os campos de detenção criados na China depois da guerra da libertação, em 1949. Era um tema proibido. Um segredo dolorido de lembranças humilhantes guardado zelosamente pelos sobreviventes. Até que Harry Wu decidiu romper esse silêncio com o livro *Vientos amargos. Memórias de mis años en el gulag chino* (Ventos amargos. Memórias de meus anos no gulag chinês), que logo estará nas livrarias da Espanha, editado pela Libros del Asteroide. Ele disse que é o testemunho de um homem livre.

“São conhecidos os campos de concentração nazistas e o Gulag soviético, mas praticamente não se sabe nada sobre a articulada complexidade do sistema de campos de trabalhos forçados que mantiveram, e mantêm, presos milhões de cidadãos chineses em condições brutais e desumanizadoras, e na maioria dos casos, sem sentença nem julgamento prévio”.

Quem fala é Harry Wu, cujo nome em 1957 era Wu Hongda, e que acreditou no desafio lançado pelo presidente Mao do “deixem que cem flores floresçam e que cem escolas de pensamento discutam”. Criticou com dureza a campanha política de 1955 contra os contra-revolucionários e foi acusado de “direitista”, crime pelo qual pagou com 20 anos de sua vida no laogai, os obscuros campos de trabalho chineses. “À primavera prematura se seguiu um repentino frio”, disse Wu. Não há dados, mas cerca de 37 milhões de chineses, sustenta Wu, podem ter morrido dentro dos altos muros dos laogai.

Emagreceu até ficar com 36 quilos. Comeu ratos – um luxo, porque no final das contas era carne. Defendeu-se de ataques. Nunca teve a oportunidade de conhecer o sexo, de fazer amor com sua noiva. Felizmente, perdeu o medo porque infelizmente perdeu a esperança. Não teve forças para escapar porque nem sequer sentia medo! Chegou à conclusão, quando estava com pouco mais de 20 anos, de que seus valores de humanidade e respeito careciam de sentido num marco como aquele que habitava. “A vida humana carecia de valor”, reflete. “Naqueles dias de repressão me lembrei da prática tradicional de vender os pés. Havíamos mudado esse costume pela venda das idéias”. A reclusão solitária o livrou do temor de sofrer. Numa cela de cimento chegou ao limite de sua

capacidade. Disse que depois de conhecer o abismo negro do desespero “não havia mais nada” que o assustasse.

Libertado em 1979, conseguiu sair da China em 1985. Foi preso com 23 anos e libertado com 42. “Cheguei a San Francisco com 40 dólares no bolso”. Tinha conseguido uma vaga como professor de geologia na Universidade de Berkeley. Mas trabalhava no quiosque de donuts do campus para poder sobreviver. “Às vezes chegava a dormir ali”. Ou num banco. “Mas podia comer todos os donuts que quisesse!”, disse agora, ensaiando um sorriso. “Mesmo que depois daquilo já não fui capaz de comer mais nenhum”. Ninguém sabia de suas penúrias. Ainda que para ele não tinham nada a ver com seu isolamento anterior do mundo. “Era livre”, confessa hoje na sede da Fundação de Pesquisa Laogai, em Washington, fundada por ele em 1992.

Entre andaimes, telas de pintores jogadas pelo chão e provas de cores nas paredes, Wu recebe o El País num meio-dia de primavera. E lança uma pergunta antes mesmo de apertar a mão: onde fica a Espanha?, não pensa em fazer nada para parar este regime sangrento? Aparenta os 71 anos que tem. Está ágil ainda que mostre uma pequena barriga, talvez como vingança por tantos e tantos anos de fome. Mas quando anda parece que arrasta séculos de dor que lhe dificultam o passo. Sorri e seu rosto se ilumina. Mas o olhar continua apagado. Morto.

O que é o laogai?

O laogai é muito comum na China. Ninguém fala de prisão. Fala-se do laogai. É o vasto sistema de reforma pelo trabalho que existe na República Popular da China. Foi criado pelo Partido Comunista sob a direção de Mao Tsé-Tung, e servia na época e ainda hoje como instrumento da ditadura para prender tanto os dissidentes políticos como os criminosos. Lao significa trabalho; gai, reforma, lavagem cerebral.

Qual é a função política do laogai? E a econômica?

Muito simples. Usar os prisioneiros como força de trabalho barata, inclusive gratuita, nas mãos do Partido Comunista e reformar os réus através do trabalho duro e do doutrinação político. Do ponto de vista econômico, explora-se os prisioneiros para financiar o regime comunista. Em 1991, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei que proíbe as importações de produtos cultivados em campos de trabalho forçado. Mas, os chineses dizem que não o fazem, que os produtos dos campos laogai não são para exportação. Mas na realidade, são. O que acontece é que são exportados indiretamente. As empresas de laogai são os produtores, mas não os exportam diretamente, mas a uma companhia de comércio estatal, e esta, por sua vez, os exporta. Deveríamos estar conscientes de que quando se compra um brinquedo [made in China](#), em muitos casos se está comprando as lágrimas e o sangue de um preso.

De quantos presos estamos falando?

Impossível sabê-lo. Não há dados. Podem ser dez milhões ou talvez apenas cinco. Atualmente, beira os três ou quatro [milhões]. Também não sabemos o número de mortos, por inanição, doenças, surras ou frio, mas não serão menos que 37 milhões.

Então, os laogais ainda hoje existem?

Existem como sistema. Claro que existem! [sobe o tom de voz, indignado.] O que aconteceu é que, depois de uma ida minha ao Congresso dos Estados Unidos e algumas declarações no jornal The Washington Post em que dizia que gostaria de ver essa palavra incluída no Dicionário Oxford, pois... na China armou-se grande alvoroço e decidiram seguir o mesmo método, mas lavando a cara. De laogai passaram a se chamar prisões..., mas é a mesma tragédia esquecida.

Quem hoje ocupa esse tipo de prisão?

Isso mudou um pouco. Na China, nos primeiros 30 anos da Revolução, entre 1949 e 1979, a maior parte destes presos eram prisioneiros políticos. Na China, dividiram as pessoas em diferentes classes. As classes burguesa, proprietária, trabalhadora e camponesa. Classificaram os camponeses e os trabalhadores de classes revolucionárias. A burguesa e a proprietária, independentemente do que fizeram, eram as inimigas de classe. O que aconteceu é que muitas, muitíssimas pessoas, só por pertencerem a uma dessas duas classes, foram enviadas aos campos. Nos primeiros 30 anos, talvez 80% dos prisioneiros estavam ali simplesmente por sua classificação social. Agora, nos campos de prisioneiros as cifras se inverteram: 80% são presos comuns, e os 20% restantes, políticos. Mas

quero deixar algo bem claro. Quer sejam um violador, um narcotraficante ou um ladrão de banco, mesmo que não tenhas nada a ver com política, continuam a te mandar ao laogai e, antes disso, tens que renunciar às tuas crenças políticas e religiosas. Tens que reconhecer que vives por e para o comunismo, esse é o objetivo.

Como é possível que existam 13.000 transplantes de órgãos por ano na China se não há doações? Novamente a mesma resposta: laogai. O primeiro país do mundo em transplantes de órgãos são os Estados Unidos (50.000, todos registrados); o segundo, a China. Desses 13.000 transplantes, 95% procedem de prisioneiros executados. Nossa fundação estima que cada ano existam entre 8.000 e 10.000 aniquilados nos campos de trabalho. A farsa chega tão longe que a exposição conhecida como Bodies, que exhibe as entranhas dos corpos humanos, é compunha de cadáveres de cidadãos chineses. A companhia americana que financiou se chama Premier... Uma das exposições foi em Rosslyn [arredores de Washington]. Eu a vi. E comprovei que eram todos chineses jovens e homens. Quisemos perguntar ao Governo chinês: quem são?, queres ver ali o teu irmão? Claro que não. Mas não obtivemos resposta.

Não salva nada dos quase 60 anos de República Popular da China?

Sem direitos humanos não há nada que salvar. A China tem uma lei de controle de natalidade. Isso é um tema de direitos humanos. Cada mulher, na China, 22% da população total mundial, e o dado não é nenhuma brincadeira, independentemente de se está casada ou solteira, tem a obrigação de pedir permissão ao Governo para ter filhos. Dar à luz é um direito humano, mas o Governo o proíbe. Além disso, só se permite ter um filho ou uma filha. Esse filho aprenderá o que são irmãos e irmãs no dicionário porque jamais os terá. Também não terá tios ou tias... Essa é a realidade. Na China não há liberdade. Nem de pensamento, nem de reunião, nem de religião.

A China está se preparando para um grande acontecimento neste verão: os Jogos Olímpicos.

Pequim acredita que esta é uma boa oportunidade para projetar uma imagem diferente do país...

Os [Jogos Olímpicos](#) duram exatamente 18 dias. Os direitos humanos são permanentes. Falaremos das olimpíadas na China até agosto. Depois disso não se voltará a falar neles. É verdade que os [Jogos](#) são uma oportunidade para que se enfatize o tema dos direitos humanos. Mas se os países não intervierem, não agirem, não empregarem nenhum tipo de bloqueio com a China..., continuaremos contando mortos. Quer sejam dos laogais ou do Tiananmen.

Na sua opinião, como a comunidade internacional deveria agir em relação à China?

Os Estados Unidos não têm relações diplomáticas com Cuba. Nem com a Coreia do Norte. E, no entanto, Bill Clinton negociou acordos milionários com o regime chinês, uma ditadura comunista corrupta. George W. Bush recebe sem rubor o presidente da China... Poderia continuar... O que o seu país faz? Nada, como o resto do mundo. Ninguém faz nada. E por quê? Pelo dinheiro. Essa é a única razão. Há muito dinheiro em jogo.

Está cansado? Enfadado?

Não estou irritado. Já terminou. Terminou [se emociona e tenta conter as lágrimas.]. Ainda que às vezes sinto que ainda estou ali. E então vejo o Bush dando a mão e as boas-vindas ao líder da China... Isso é terrível. Depois da Segunda Guerra Mundial houve os julgamentos de Nuremberg... O que acontece com a China? [Não fazia falta perguntar se estava cansado. Seu cansaço o arrasta desde que abandonou seu país há mais de duas décadas. Desde então voltou várias vezes. Numa delas, para filmar secretamente um documentário da CBS da série 60 minutes sobre os laogais. Nessa ocasião fez um testamento antes de abandonar a Califórnia...].

Que lembrança daqueles dias mais o atormenta?

Tenho muitas, todas elas terríveis, mas uma das quais me obceca é aquele dia em que ajudava outro preso e se recuperar e... finalmente o mataram. Morreu. De fome. Era o silêncio. Ali estavam todos prostrados, era de noite, uns ao lado dos outros, apertados pela falta de espaço. Todos calados. Ninguém ria. Ninguém gritava. Ninguém chorava. Todos os dias chegava gente. Todos os dias levavam os mortos. A língua que se falava era a da morte. "Onde está o senhor Lee?". "Levaram-no como um rolinho primavera". Terrível.

Você sobreviveu para contar essa experiência...

Sim, mas não sou um herói. Se fores um herói, morres. Quando és um herói recusas os interrogatórios. Se lutares, morrerás. Queriam que reconhecesse um crime? Reconheci um crime. O que quer que seja. Abandonei a minha condição de ser humano. De ser humano me reduzi a um fantoche.

Você chora?

Durante muitos anos não sabia o que eram as lágrimas. Nunca chorei. Ouvia pessoas morrendo e não sentia nada. Cada manhã me levantava e ia trabalhar. Assim era todos os dias, durante 20 anos. Pela tarde, quando voltava era para buscar alimento. Roubava a comida de outros. Ia dormir. Isso era tudo.

Continua sendo católico?

Não. Era católico. Era católico quando tinha 20 anos. Depois, durante 20 anos no laogai.. Deus não me serviu.

Quando deixou de ser Wu Hongda para se converter no Harry Wu?

Desde que cheguei aos Estados Unidos fecho a porta da minha casa com o trinco para não deixar entrar o passado. Não quero saber nada de política, não quero ler jornais. Só quero usufruir o resto da minha vida. Ainda que isso seja muito difícil. Mas sou um homem livre. Me lembro de tantas e tantas pessoas que não são livres... Tantas e tantas. Tu não entendes, ninguém entende. Tenho 71 anos e o final do meu caminho está próximo. Não me importa. Quase cruzei essa linha duas vezes. Agora sou Harry Wu. Um homem livre. Com uma esposa e um filho de 10 anos, o Harrison. Já não importa mais quanto tenho me resta. INSTITUTO HUMANITAS

O fator previdenciário e o Senado Federal

Daisson Portanova

13/05/2008

Os trabalhadores ativos ainda não se deram conta do que representa esta figura titulada de fator previdenciário. Entretanto, aqueles trabalhadores já em condições de se aposentar e que pedem seus benefícios passam a entender o quanto significa o fator no valor de suas aposentadorias.

Ao nascer, em 1999, as consequências do fator previdenciário não foram sentidas de imediato, pois havia uma regra transitória redutora dos seus efeitos nefastos - ao ponto de garantir ao aposentado, naquele ano, o percentual de 99,63% (em novembro) da média dos seus salários caso estivesse com 35 anos de trabalho e 53 anos de idade, se homem. Mas, no decorrer destes mais de oito anos de vigência do fator previdenciário, o mesmo trabalhador, com os mesmos 35 anos de trabalho e 53 de idade, terá sua aposentadoria gerada em um percentual próximo de 68,90% (em dezembro de 2005) da média dos salários, computados desde julho de 1994, sendo descartados 20% dos piores valores corrigidos.

O impacto mais agudo está se apresentando, agora, ao trabalhador comum, pois o seu inconsciente ainda pensava ser o cálculo de sua aposentadoria apurado pela média dos 36 meses e, pelo fato de possuir 35 anos de trabalho, sua aposentadoria corresponderia a 100% da média de suas contribuições. Pois bem, a triste decepção se dá no dia seguinte à concessão do benefício requerido, quando o segurado, ao pretender se aposentar, verifica o valor concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). É a lei, fria letra da lei.

Estas modificações foram os resultados amargados da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que autorizou o cálculo de benefícios de forma a ser sustentável atuarialmente, deformando o que havia sido resgatado pelo Constituição Federal de 1988. Isto porque uma das pautas sociais de 1988 - lembremo-nos da Constituição-cidadã -, foi a garantia de que os aposentados e pensionistas teriam cálculos pela média de 36 meses corrigidos, quando o sistema anterior só corrigia os primeiros 24 meses do cálculo. Naquele momento, o que nascera com garantia constitucional agora - leia-se após 1999 - estabelece uma notória deturpação do direito e impõe que o trabalhador permaneça por mais tempo trabalhando para ganhar menos. Ou seja, vive a crítica situação de que "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", em especial pela modificação da tábua de expectativa de vida.

Os trabalhadores que estão prestes a se aposentar, em igual distribuição de tempo de contribuição e idade, perdem, em cinco anos de aplicação do fator previdenciário, praticamente 21% do valor de

seus benefícios, demonstrando a clara intenção de restringir a concessão dos benefícios a ponto de levá-los a uma espécie de aposentadoria por idade. Eis que, para o trabalhador atingir o fator 1,00 ou 100%, deveria ter a idade de 63 anos e 35 de trabalho hoje.

Esse debate chegou ao Congresso Nacional, mais especificamente com um projeto de lei iniciado no Senado Federal - o Projeto de Lei nº 296, de 2003 -, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), com a pretensão de restabelecer os critérios emanados da Constituição-cidadã, cujo pacto social ali estabelecido efetivara preceitos fundamentais, especialmente na busca de diminuição das desigualdades sociais, particularmente sofridas após a geração dos benefícios, cuja perda de seu poder de compra e preservação do valor real pode chegar a mais de 50%, dependendo do caso concreto.

Na semana passada, o Senado Federal aprovou a revogação do fator previdenciário, restabelecendo as diretrizes originárias da ordem constitucional. A norma aprovada não tem efeitos retroativos e ainda estará sujeita ao debate na Câmara dos Deputados, merecendo atenção especial de todos os trabalhadores quanto ao voto de cada um dos seus deputados.

Em situações peculiares como a vivida no atual estágio de acesso ao trabalho no Brasil, quando a maioria dos trabalhadores reivindica e luta pela garantia de emprego, no qual há uma velada discriminação no universo de postos de trabalho para pessoas com mais de 40, 45 ou 50 anos, sem condições de se manter competitivos e sendo esta a idade cujos postos de trabalho são mais reduzidos, estabelecer regras como a do fator previdenciário, mesmo para trabalhadores que já tenham mais de 35 anos de trabalho, é jogá-los ao abismo para o recebimento de valores de benefícios próximos ao do salário-mínimo, senão neste patamar.

Imperioso se faz agregar forças ao debate já consagrado e obtido no Senado, para que se aprove a revogação também na Câmara dos Deputados, sob pena de, gradualmente, relegar os benefícios previdenciários a benefícios mínimos, ou impor aos trabalhadores, por linhas tortas, uma permanência no mercado de trabalho (quando houver) até os 65 ou 70 anos de idade, para receber uma retribuição digna.

A revogação obtida no Senado é um exemplo da esperança que venceu o medo. Há de se ultrapassar o debate na Câmara e, ainda, sujeição à sanção presidencial, esta última mais preocupante. Caso contrário, não restará aos trabalhadores, com o tempo, esperar para receber sua melhor retribuição às portas do paraíso, sob a benção de São Pedro.

Daiison Portanova é advogado e sócio do escritório Balera, Gueller e Portanova VALOR ECONOMICO

[Tributo sindical é ilegal, decide TJ](#)

Os servidores públicos do Rio de Janeiro têm conseguido reaver, na Justiça, a contribuição sindical compulsória prevista na legislação trabalhista. Ao julgar um recurso da Afaerj (Associação dos Fiscais de Atividades Econômicas) do município carioca, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu pela ilegalidade da cobrança destinada ao sindicato da categoria. Segundo Valor Econômico, a decisão do tribunal contraria a jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal) e a última decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) - nesta semana, o Sindicato dos Servidores da Justiça e do Ministério Público do Estado do Maranhão assegurou na corte a obrigatoriedade da contribuição sindical. ULTIMA INSTANCIA